

# O ÉTICO E O ESTÉTICO NUM DIÁLOGO FILOSÓFICO LITERÁRIO

**Leinimar Alves Pires** formada em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda em literatura brasileira na PUC-Rio.  
**Email:** [leinimar@hotmail.com](mailto:leinimar@hotmail.com)

## Resumo

O objetivo deste texto é analisar um conto das *Primeiras estórias* (1967) de João Guimarães Rosa, intitulado "Pirlimpsiquice", associando-o aos questionamentos teóricos propostos pelo pensador contemporâneo Alain de Badiou em seu texto *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal* (1995). A motivação central é aproximar uma perspectiva filosófica a uma criação literária.

## Summary

The aim of this paper is to analyse "Pirlimpsiquice", a tale by Guimarães Rosa featured in the book *Primeiras estórias* (1967), displaying an association with the theories proposed by the contemporary philosopher Alain de Badiou in his work titled *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal* (1995). The main purpose is to impart a connection between a philosophical perspective and a literary production.

## 1.

"A coisa que aconteceu no meio da hora.  
Foi no ímpeto da glória — foi — sem combinação."

João Guimarães Rosa  
"Pirlimpsiquice"

"O acontecimento [...] faz advir 'outra coisa' que não a situação,  
as opiniões, os saberes instituídos, e é um suplemento casual,  
imprevisível, desvanecido tão logo aparece."

Alain Badiou  
*Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*

A proposta deste texto é analisar um conto literário, relacionando-o a uma reflexão filosófica. O conto a ser trabalhado é "Pirlimpsiquice", das *Primeiras estórias* (1967) de João Guimarães Rosa, no qual meninos de um colégio interno vivenciam muitas peripécias para a realização de *sua* peça de teatro; as interessantíssimas discussões levantadas por Alain de Badiou, em *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal* (1995), compõem o texto filosófico que norteará a discussão.

O interesse em conhecer os trabalhos dos filósofos contemporâneos e suas propostas são as justificativas para a escolha do texto de Badiou. Já o conto de Guimarães Rosa foi eleito tanto pelo próprio enredo ser considerado por mim muito interessante e rico em questões reflexivas, quanto pelo meu desejo em propor associações entre um pensamento teórico e um texto literário.

Badiou revela muito bem a diferença entre as “leis” éticas e a real postura ética frente a situações específicas. Conhecer a lei, criar a norma não significa seu cumprimento no momento exato em que se esperaria que ela fosse aplicada, nem mesmo por aqueles que afirmam que a ética é de suma importância. Identificamos facilmente um fosso entre prática e teoria, servindo como exemplos tantas questões cotidianas que vivenciamos ou tomamos conhecimento.

Os meninos do conto de Guimarães Rosa tinham uma norma a ser seguida, um “dever”: um roteiro de apresentação ou mesmo uma apresentação padrão, mas, em determinado momento, o acaso lhes surpreendeu, e foi necessário que tomassem uma decisão ética que, mesmo que burlasse “a norma considerada ética”, lhes permitiu realizar o espetáculo. Eles tiveram que ultrapassar um tipo de escrita, e propor uma novidade.

Por considerar as produções artísticas, e uma obra literária, mais precisamente neste texto, como excelentes ferramentas para a tentativa de se aproximar a uma teoria — seja ela filosófica, literária ou crítica — e, então, verificar como seus efeitos se dão em dada situação, o diálogo entre os textos do francês e do mineiro serão por mim estabelecidos. Não há, de maneira alguma, interesse em *comprovar* nada, mas sim em pôr em contato as construções dos autores, consideradas interessantes e passíveis de comunicação. Badiou, em seu texto, dá vários exemplos utilizando-se de temas como o amor, a política, a arte, a ciência. Experimentemos, então, através de um exemplo literário, analisar brevemente tópicos de sua proposta teórica.

## 2.

Uma questão filosófica bastante discutida nos estudos acadêmicos é a diferença entre o que se compreende por moral e ética. No decorrer do tempo e nas diferentes correntes que surgiram e surgem, essa caracterização assume especificidades. Alain Badiou esclarece que para os modernos, interessados na questão do sujeito, “ética é mais ou menos sinônimo de moralidade” (Badiou, 1995, p. 16) ou, conforme as propostas da filosofia kantiana, ética se referiria à razão no seu campo prático, diferenciando-se da razão teórica. A distinção entre os termos começa a se dar, sutilmente, com Hegel, quando este distingue *Sittlichkeit*<sup>1</sup> e *Moralität* associando a *ação imediata* ao ético e a *ação refletida* à moralidade.

O que vivenciamos no presente é um “retorno à ética”, constata Badiou, em moldes mais kantianos que hegelianos — ou seja, mais próximos a uma ética do juízo do que a uma ética da decisão. Os modelos

éticos são estabelecidos segundo relações com as ditas problemáticas atuais:

Na verdade, *ética* designa hoje um princípio de relação com “o que se passa”, uma vaga regulação de nossos comentários sobre as situações históricas (ética dos direitos humanos), situações técnico-científicas (ética do ser vivo, bioética,), situações “sociais” (ética do estar-junto), situações ligadas à mídia (ética da comunicação) etc. (Badiou, 1995, p. 16)

Instituições com autoridade legal legitimam a criação de normas éticas, sempre interessadas em procurar meios para o “bem viver” e a “conservação da espécie humana”. Recorramos agora a um dicionário de Filosofia, que descreve ética segundo uma perspectiva que será interessante para nossa discussão, já que vamos condicionar posteriormente o tratamento destinado aos meninos do conto “Pirlimpisquice” como moral e a atitude que decidiram adotar como ética, sugerindo uma compreensão diferenciada entre os dois termos. Observemos:

**ética** (do gr., *ethos*: caráter) Estudo dos conhecimentos envolvidos no *raciocínio prático*: o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha. É também o estudo de segunda ordem das características objetivas, subjetivas, relativas ou céticas que as afirmações feitas nesses termos possam apresentar. Para o gênero dos problemas encontrados, ver cada um dos termos acima mencionados. Para uma possível distinção entre moral e ética, ver moral. (Blackburn, 1997, p. 129)<sup>2</sup>

Em seguida encontramos onze “subcampos” da ética, com suas definições: ética aplicada, da gestão, da virtude, de situações, deontológica, do meio ambiente, evolucionista, feminista (na qual somos direcionados: ver feminismo), médica (ver bioética), naturalista (ver naturalismo ético) e protestante do trabalho. Como declara Badiou, parece haver uma “inflação socializada da referência à ética” (Badiou, 1995, p. 17), tendo a questão se tornado “a tendência ‘filosófica’ principal do momento” (Badiou, 1995, p. 17). Tal fato justifica a grande quantidade de subcampos que encontramos se pretendemos procurar uma definição para o que significa ética.

Apesar de não ser uma questão que o autor trabalhe detalhadamente, mas que é de meu interesse há algum tempo, atentemos para o fato de que ética e moral, enquanto termos filosóficos importantes para a análise empírica, ou das experiências de vida, continuam sendo definidos como sinônimos absolutos. Seguindo mais uma vez a sugestão do dicionário, vejamos agora como encontramos a definição para o termo moral:

**moral** Embora a moral das pessoas e sua ética *acabem por ser a mesma coisa*, há um uso do termo que restringe a moral aos sistemas como o de Kant, baseados em noções como o dever a obrigação e os princípios de conduta, reservando a ética para a perspectiva mais aristotélica do

*raciocínio prático*, baseada na noção de virtude [...] (Blackburn, 1997, p. 256)<sup>3</sup>

No próximo tópico tentarei, conjunta e brevemente, distinguir uma postura ética de uma imposição moral, a partir da situação descrita no conto de Guimarães Rosa. A intenção não é afirmar que Kant é um moralista, ou que Aristóteles esteja mais próximo a uma postura ética, mas refletir se moral e ética podem ser tão facilmente denominados como a mesma coisa.

Segundo Badiou, as correntes éticas atuais retornam a Kant, e propõem a existência de “exigências imperativas, formalmente representáveis, que *não devem ser subordinadas a considerações empíricas ou a exames de situação*; que esses imperativos se referem aos casos de ofensa, de crime, de Mal.” (Badiou, 1995, p. 22) Para que nos protejamos de um Mal preexistente, de uma desordem, são necessárias as leis e normas éticas, que nos garantem a proteção frente ao indesejado. O que justifica tal necessidade é a suposição de que haja um “sujeito humano geral”, sob o qual as leis éticas universais são aplicadas. O homem é o homem, em qualquer situação, em qualquer lugar — animal racional, “bípedes sem plumas”, segundo Platão, ou qualquer outra definição unificadora que se queira dar a esta espécie animal, assim denominado devido a características biológicas que os assemelham. É a identidade humana.

O homem reconhece um mal que lhe persegue e precisa se proteger dele. É uma vítima; tem a capacidade de reconhecer-se como tal. Assim o homem é descrito, para que faça sentido a necessidade de uma ética que lhe proteja do tal Mal. Que haja, no entanto, quem se recuse a ser interpretado como vítima, e que seja esta uma possível definição do que é o *Homem*, Badiou não deixa de frisar.

Qual consequência (gravíssima!) traz a concepção a priori de que haja um Mal, contra o qual leis éticas nos mantém “a salvo”? Se estamos todos acordados de que o homem é um animal tal e tal e que as leis éticas X e Y aplicadas às situações A e B já previstas pelos códigos 1, 2 e 3 lhes asseguram a *vida*, como tratar as singularidades, as questões novas, inesperadas, o acaso, os acontecimentos fortuitos, a casualidade? Tais questões não estão no roteiro das leis éticas. Chegam mesmo a ser negadas ou recusadas.

Badiou lança sua contratese:

Toda humanidade se enraíza na identificação em pensamento de *situações singulares*. Não há ética em geral. Não há — eventualmente — senão *ética de processos pelos quais se tratam os possíveis de uma situação*. (Badiou, 1995, p. 30)

De que adiantam leis éticas bem elaboradas, se as mesmas não são aplicadas sequer nas situações práticas em que seriam exigidas de maneira explícita? É a recorrente distinção entre teoria e prática assombrando novamente. A teoria surge como uma pretensão ao bem ou, como comumente utilizamos no Brasil, é “para inglês ver”; já a prática...

Badiou revela também, segundo o contexto de seu país, uma situação em que a lei ética e sua prática caminham em direções absolutamente opostas: a teoria é uma bela imagem, sua prática real nem sempre tão bela assim. Os sistemas de saúde de diversos países são ótimos exemplos da diferença visível entre o que se jura fazer seguindo a ética profissional no dia da formatura e o que de fato é feito em situações cotidianas. Acompanhemos a descrição de Badiou, tão bem elaborada e bastante relevante para nossa discussão:

[...] o médico ligado à ideologia “ética” fará em suas reuniões todo tipo de considerações sobre os “doentes”, considerados exatamente como o é, pelo partidário dos direitos humanos, a multidão indistinta das vítimas: totalidade “humana” de reais subumanos. Mas o mesmo médico não verá nenhum inconveniente em que *essa* pessoa não seja tratada no hospital, com todos os meios necessários, porque ela está sem documentos ou não tem matrícula na seguridade social. [...] As “comissões de ética” e outras ruminações sobre as “despesas de saúde” e a “responsabilidade gestonária”, radicalmente exteriores à única situação propriamente médica, não podem na realidade impedir senão que sejamos *fiéis* a ela. Pois ser-lhe fiel significaria: tratar o possível dessa situação *até o fim*. De fato a medicina burocrática sob a ideologia ética precisa “dos doentes” como vítimas indistintas ou estatísticas, mas é rapidamente obstruída por toda uma situação efetiva e singular de demanda. Daí que a medicina “gestonária”, “responsável” e “ética” se veja rebaixada à abjeção de decidir quais são os doentes que o “sistema de saúde francês” pode tratar e quais deve enviar, uma vez que o orçamento e a opinião pública o exigem, para morrer nos subúrbios de Kinshasa. (Badiou, 1995, p. 29-30)

O trecho exemplifica a hipótese do filósofo de que não haja uma ética geral que seja realmente aplicada e adotada por todos, mas apenas uma ética assumida frente a situações singulares.

### 3.

Onze ou doze meninos de um colégio interno foram escolhidos para apresentar uma peça de teatro, num dia em que seriam convidados os pais, os padres diretores, os vizinhos, o “povareu” todo. É dito: “onze ou doze” porque o narrador não se lembra precisamente. A estória é o relato de uma memória de infância, recordada pelo então homem, que nunca se esqueceu do acontecido: “Ainda, hoje adiante, anos, a gente se lembra” (ROSA, 1967, p. 39).

Acompanhando sua narrativa, percebemos que se tratava de um colégio muito rígido, com normas muito bem determinadas. Revisitamos um pouco sobre o lugar e o valor da norma, apresentados no conto.

Os meninos tinham um ensaiador, o Dr. Perdigão, que tinha a suma confiança dos padres e era respeitado por eles. Era responsabilidade de todos eles que o espetáculo fosse um sucesso. O narrador quase ficou fora da peça, mas, na última hora, foi salvo pelo Padre Diretor:

[...] o padre Prefeito e o Dr. Perdigão [decidiram] que, por retraído e mal-à-vontade, em qualquer cena eu não servisse. Não fôsse o Padre Diretor, de bom acaso vindo entrando, declarar que, aluno aplicado, e com voz variada, certa, de recitador, eu podia no vantajoso ser o "ponto". (ROSA, 1967, p. 40)

Seu bom comportamento, de aluno aplicado, o salvou.

Eles ensaiavam, ensaiavam sempre. Já tinham perdido seus lugares no time de futebol. Temiam que os outros colegas, maiores e mais fortes, quisessem saber à força o "segredo do drama", o qual tinham jurado guardar somente entre eles. Foi criada, então, uma alternativa: "Precisávamos de imaginar, depressa, alguma outra estória, mais inventada, que íamos falsamente contar, embaindo os demais no engano. E, de Zé Boné, ficasse sempre perto um, tomando conta." (ROSA, 1967, p. 40-41)

A estratégia inteligente superou as expectativas: os meninos envolveram-se tanto com a "inventada-estória-deles", que continuavam a aumentando sem parar, gostando cada vez mais de sua *criação*:

[A] outra estória, por nós tramada, prosseguia, aumentava, nunca terminava, com singulares-em-extraordinários episódios, que um ou outro vinha e propunha: o "fuzilado", o "trem de duelo", a máscara: "fuça de cachorro", e, principalmente, o "estouro da bomba". Ouviam, gostavam, exigiam mais. [...] [E]ntre nós, era a "nossa estória", que às vezes, chegávamos a preferir à outra, a "estória de verdade" do drama. (ROSA, 1967, p. 41)

Pelos títulos citados acima, percebemos que as histórias criadas pelos meninos nada tinham a ver com o drama oficial que iriam apresentar no domingo especial que se aproximava: "Os filhos do doutor famoso". A intenção deles não era que os textos que criavam assumissem o lugar da peça principal, de forma alguma. Mas a possibilidade deles criarem também suas peças de teatro, e nelas, a todo o momento, interferir, aumentar, cortar e modificar pontos, os maravilhava, por ser completamente diferente da apresentação oficial que iriam fazer. Com a peça do colégio eles tinham um "dever".

Os colegas rivais, que não foram escolhidos para representar o drama verdadeiro, por sua vez, resolveram também criar a história deles:

Diziam já saber a verdadeira história do drama, e que não passávamos de impostores. De fato, circulava outra versão, completa, e por sinal bem



aprontada, mas de todo mentirosa. Quem a espalhara? O Gamboa, engraçado de muita inventiva e lábia, que afirmava, pés juntos, estar dono da verdade. (ROSA, 1967, p. 42)

O embate entre os textos e as versões se intensificou, gerando uma disputa criativa entre os alunos. Porém, paralelamente e, mais que isso, oficialmente, seguia a preparação para a apresentação, com o texto “de verdade”.

Os ensaios continuaram até o dia do espetáculo. Tudo parecia assegurado, mas uma novidade inesperada e indesejada aconteceu:

Silêncio. O **Surubim** vinha para o Atualpa. Estava na portaria o tio do Atualpa — o pai do Atualpa era deputado, estava à morte, no Rio de Janeiro. Atualpa tinha de viajar, de trem, daqui a duas horas. E o teatro, o espetáculo? Atualpa já ia, com o **Surubim**, mudar de roupa, arrumar a mala. Mas, o teatro era para impossível de não haver, era em benefício. (ROSA, 1967, p. 44)

Atualpa era o protagonista da peça. Sua ausência a princípio impossibilitava a apresentação. Mas lembremos que nosso narrador adquiriu, de última, hora, o papel de “ponto”, e se orgulhava de ter do texto “tintim de cor por tintim e salteado. (ROSA, 1967, p. 41)” Então, em vez de ficar escondido em uma caixa, soprando as deixas para os colegas, ele assumiu o papel principal. E o Dr. Perdigão, que quase o deixara de fora, ficou com seu ex-papel de ponto:

Só quem podia ser, em vez do Atualpa, quem sabia decorados todos os papéis, o **Doutor Famoso**: eu! Ah, e o “ponto”? Dúvida não dúvida: o ponto seria, ótimo, o Dr. Perdigão, sendo. Se disse, se fez. (ROSA, 1967, p. 44)

Problema sanado, uma nova questão: havia palavras iniciais, que somente Atualpa sabia. Quando o narrador chega à frente do palco, constata que não poderia começar a peça:

De lá, da fila dos padres, faziam-se gestos: de ordens e de perguntatividades, danados sinais, explicavam-me o que eu já sabia que não sabia, não podia. Sacudi que não, puxei para fora os bolsos, para demonstrar que não tinha os versos. Instavam-me. — **“Abaixem o pano!”** — escutei a voz do padre Prefeito. O Dr. Perdigão, em seu bôbo buraco, rapava goela. Tornei a não olhar; falei alto. Gritei, tremulei, tão então: — **“Viva a Virgem e viva a Pátria!”** — gritei. (ROSA, 1967, p. 45)

Começa então o drama, com palavras que não eram as oficiais. Depois, novo imprevisto: o pano, que deveria descer, não desce; a cena, portanto, não prossegue. Os meninos são vaiados pelos rivais. Mas, em meio às vaias, reconhece-se a evocação de um dos participantes: Zé Boné.



Ele era visto pelos colegas como um bobo, um tolo. Mas foi sua espirituosidade que deu seqüência ao espetáculo:

Zé Boné pulou para diante, Zé Boné pulou de lado. Mas não era de faroeste, nem em estouvamento de estrepolias. Zé Boné começou a representar!

A vaia parou, total.

Zé Boné representava — de rijo e bem, certo, a fio, atilado — para toda a admiração. Ele desempenhava um importante papel, o qual a gente não sabia qual. Mas, não se podia romper em riso. Em verdade. Ele recitava com muita existência. De repente, se viu: em parte, o que ele representava, era da **estória do Gamboa!** Ressoaram as muitas palmas. (ROSA, 1967, p. 46)

Zé Boné representava a estória dos inimigos! Os meninos, então, buscaram uma estratégia de vingança:

O pasmatório. Num instante, quente, tomei vergonha; acho que os outros também. Isso não podia, assim! Contracenamos. Começávamos, todos de uma vez, a representar a **nossa** inventada **estória**. Zé Boné também. A coisa que aconteceu no meio da hora. Foi no ímpeto da glória — foi — sem combinação. Ressoaram outras muitas palmas. (ROSA, 1967, p. 46)

O embate entre os textos continuava. Só que, desta vez, na apresentação oficial, que tinha um texto muito bem ensaiado pelo Dr. Perdigão, o qual, da caixa de ponto: “se soprava alto, em bafo, suas réplicas e deixas, destemperadas. Delas, só a pouca parte se aproveitava.” (ROSA, 1967, p. 47)

E a apresentação foi acontecendo, sendo a combinação de todos os textos com os quais os meninos tiveram contato durante a preparação, sem nenhum deles se sobrepor a outro.

No momento em que o pano não baixou ou que o narrador não sabia as palavras iniciais do drama, era possível que eles desistissem da apresentação e não a fizessem acontecer. Já havia um roteiro, um texto ensaiado. O Dr. Perdigão exigia a eles que fossem “**Sempre dúcteis ao [s]eu ensinamento...**” (ROSA, 1967, p. 42) Eles, no entanto, tomaram uma decisão de não serem assim tão dúcteis e criaram a apresentação que queriam fazer. Foi o acaso da situação que os fez assumir uma postura por si próprios. Foi uma situação nova, inesperada que os pôs frente-a-frente a um momento em que tiveram que decidir de que maneira proceder, sem seguir qualquer “protocolo ético” que lhes desse segurança.

Aproximemos a atitude que adotaram ao que propõe Badiou, quando se refere à fidelidade a um acontecimento novo, surpreendente:

Ser fiel a um acontecimento é mover-se na situação que esse acontecimento suplementou pensando (mas todo pensamento é uma prática, um pôr à prova) a situação “segundo” o acontecimento. O que, evidentemente, uma vez que o acontecimento estava fora de todas as leis



regulares da situação, obriga a *inventar* uma nova maneira de ser e de agir dentro da situação. (Badiou, 1995, p. 54-55)

Foi quando encontraram a maneira de ser e de agir diante daquela situação específica e inusitada que os meninos encontraram, também, a eles próprios. Por isso, a estória da apresentação do “teatrinho” ficou pra memória e é sempre recordada por homens que se encontram de vez em quando.

#### 4.

Guimarães Rosa elaborou um conto que narra a história de meninos que por terem se comportado da maneira X foram escolhidos pelos diretores da escola interna de padres em que estudavam para fazer uma apresentação pública, para os internos, diretores, pais e convidados. Eles eram considerados os melhores e por isso representavam a instituição. Logo, puderam ir a público, e foram mostrados a todos como exemplares. E um exemplo, diz Badiou, “é geralmente aquilo que deve ser repetido ou imitado”. (Badiou, 1995, p. 73) Os que não foram escolhidos estavam, ao mesmo tempo, sendo castigados por não terem buscado seguir tal perfil exemplar.

Quando se rebelam contra a imposição que lhes é imposta, são vistos pelos representantes oficiais ora como heróis: “Gritavam bis o **Surubim** e o Alfeu. Até o Padre Diretor se riu, como ri Papai Noel.” (ROSA, 1967, p. 41), mas, sob outro aspecto, como vilões: “Depois, os padres falaram em pôr fim a festas dessas, no Colégio. Quem nada podia mesmo explicar, o ensaiador, Dr. Perdigão, lente de coreografia e história-pátria, voltou para seu lugar, sua terra; se vive, estará lá já após velho.” (ROSA, 1967, p. 39) Os meninos se viram frente ao inesperado, e não o renegaram por medo do caminho desconhecido para onde foram levados.

Eles situavam-se sob a instância do “dever”, do padrão, que podemos chamar de “ético”, no sentido que propõe Badiou. Era inimaginável para o ensaiador que a peça fosse encenada como foi. O descontrole, o inesperado, é comumente associado ao Mal — que já fora pensado e determinado a priori. Pensando sob essa perspectiva, o texto e o ensaio afastariam as personagens de qualquer instância desconhecida, lhes dando segurança. O que cada situação tem de particular perde total possibilidade de existir, sob

tal contexto: “Por sua determinação negativa e a priori do Mal, a ética se nega a pensar a singularidade das situações, princípio obrigatório de toda ação propriamente humana”. (Badiou, 1995, p. 28)

A “conduta ética” a que os alunos estavam condicionados jamais lhes permitiria pensar em casos isolados ou situações particulares, que transcendessem aquilo que conheciam como verdade. O espetáculo oficial tinha início, meio e fim, por exemplo, demarcados por um limite intransponível. Já no momento da apresentação, uma das maiores dificuldades reveladas pelo narrador foi se soltar do encantamento e encerrá-la:

Mas — de repente — eu temi? A meio, a medo, acordava, e daquele estro estrambótico. O que: aquilo nunca parava, não tinha começo nem fim. Não havia tempo decorrido. E como ajuizado terminar, então? Precisava. E fiz uma força, comigo, para me soltar do encantamento. Não podia, não me conseguia — para fora do corrido, contínuo, do incessar. Sempre batiam, um ror, novas palmas. Entendi. Cada um de nós se esquecera de seu mesmo, e estávamos transvivendo, sobrecrentes, disto: que era o verdadeiro viver? E era bom demais, bonito — o milmaravilhoso — a gente voava, num amor, nas palavras: no que se ouvia dos outros e no nosso próprio falar. E como terminar? (ROSA, 1967, p. 47)

Não é porque agiam segundo outra perspectiva, diferente da imposta, que deixaram, então, de pôr um ponto final ao espetáculo. Entretanto, parecendo que sabia o que lhe aguardava depois daquela situação anormal e maravilhosa que vivenciava, o narrador não hesita em expor como se sentiu:

Então, querendo e não querendo, e não podendo, senti: que — só de um jeito. Só uma maneira de interromper, só a maneira de sair — do fio, do rio, da roda, do representar sem fim. Cheguei para a frente, falando sempre, para a beira da beirada. Ainda olhei, antes. Tremeluzi. Dei a cambalhota. De propósito, me despenquei. E caí.  
E, me parece, o mundo se acabou. (ROSA, 1967, p. 47-8)

## 5.

O que me parece necessário ressaltar, após a leitura do interessantíssimo texto de Badiou, é uma questão que há algum tempo tem me interessado bastante. Há uma complexidade no que diz respeito à distinção entre ética e moral. Mas me parece que haja um pudor ou um temor em utilizar a palavra moral em determinados contextos, no qual se chama de ético aquilo que, a meu ver, poderia ser denominado como moral.

Por exemplo, utilizando o sentido de ética vigente no momento, podemos associar o tratamento que recebiam da escola os meninos do conto como ético, no sentido de que eram regidos por “normas éticas” estabelecidas pela instituição, para que ficasse conservada sua funcionabilidade sem conflitos. Tudo o que transcendesse a essas leis estabelecidas seria considerado o Mal, ou mesmo antiético, e deveria ser

eliminado. Segundo essa perspectiva, a apresentação da peça nesse colégio estaria condicionada às mesmas leis éticas que o regem. E a atitude dos meninos deveria ser coerente a elas.

Não tendo sido, o que eles fizeram com (contra) o ensaiador foi antiético. Porém, como no final (apesar de tudo!) a peça foi um sucesso, eles não foram punidos, mas o ensaiador voltou para sua terra e os padres logo falaram em pôr fim a tais festas.

Creio que seja passível de reflexão a seguinte proposta: chamar essas leis e normas atualmente denominadas éticas de morais. O temor contemporâneo de ter uma atitude taxada como moralista tem feito com que se estabeleçam éticas múltiplas e que não se admita de vez que há um forte atributo moral por trás de tal instinto de conservação.

A ética, por sua vez, poderia ser compreendida como a reflexão (ou não) sobre tais leis morais, e ser associada à ação empírica, quando nos deparamos com uma situação, seja ela nova ou cotidiana. A ética está sendo vista por mim como a ação diante de alguma situação vivenciada. Pois, como já vimos, uma coisa são os projetos, as normas, as leis, muitas vezes belos, mais belos que a realidade do real; outras são as ações, que podem ou não ser concernentes ao que se jura, julga ou se finge julgar correto.

Estou propondo que moral e ética não sejam compreendidos como a mesma coisa, discordando da tradução do dicionário *Langenscheidt*, que utiliza o termo “moralidade” para o que no texto foi chamado de ética — não por estar aderindo à inversão que proponho aqui, mas por considerar que ética e moral têm o mesmo significado — e, também, a definição conceitual e não só etimológica do *Dicionário Oxford de Filosofia*.

Creio que poderíamos denominar de moral o tratamento que os meninos recebiam no colégio interno, associando moral ao que Badiou chama de ética no sentido amplo: sentido este tão querido no momento, ou seja, ética como as normas que regem instituições, países, sociedades, protegendo todos contra o mal e garantindo a conservação da espécie humana. E chamaria a decisão dos meninos de fazer o espetáculo acontecer tal e qual aconteceu, sendo fiéis a ele depois das escolhas que tiveram que fazer na hora, de uma atitude ética, como Badiou caracteriza a ética de uma verdade: negando que haja leis ou verdades absolutas, buscar a sabedoria frente à situação particular com que nos defrontamos, constituindo-nos, assim, enquanto sujeitos. É uma tentativa de compreensão da moral como coletiva e da ética como individual, particular. A ética vista como a decisão tomada a partir de uma reflexão frente a um valor moral imposto a priori, ou como sua simples aceitação automática, o que também é uma decisão.

## Notas

<sup>1</sup> Observemos, no entanto, que no dicionário *Langenscheidt Taschenwörterbuch Portugiesisch*, edição de 2001, o termo é traduzido apenas como “moralidade” e não por “ética”, como no texto. Tal tradução comprova que a distinção hegeliana foi vencida pela junção dos significados e que parece haver uma insistência em compreender ética e moral como sendo uma única coisa. Já *sittlich* é traduzido por “moral; ético”.

<sup>2</sup> Com exceção da palavra “ver”, grifos meus.

<sup>3</sup> Grifos meus.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. **Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Consultoria da edição brasileira: Danilo Marcondes.
- ROSA, João Guimarães . "Pirlimpsiquice". In: **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- Langenscheidt Taschenwörterbuch Portugiesisch*. Langenscheidt KG, Berlin e München, 2001.

